



CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE GÓIS

ATA DA REUNIÃO DE 07/11/2024

--- Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião do Conselho Municipal de Segurança de Góis, Modalidade Alargada.-----

--- Compareceram à presente reunião a maioria das entidades que constituem este órgão mencionadas na Folha de Presenças que se constitui como o anexo I da presente ata. A Guarda Nacional Republicana (GNR) – Posto Territorial de Góis, o representante da Escola Tecnológica e Profissional da Zona do pinhal e a ADIBER justificaram as suas ausências, tendo esta última entidade sido substituída pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Góis (CPCJ), conforme o disposto no nº 2 do artigo 4º do Regulamento. -----

---O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas 10h30, cumprimentando todos os presentes e agradecendo a presença dos mesmos, referindo que apesar de ainda não estar presente a totalidade dos elementos do Conselho já se encontra assegurado quórum para o início dos trabalhos. -----

--- A reunião teve a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

2- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

3- ORDEM DO DIA-----

3.1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE 24/11/2023-----

3.2 – SMPC/RESULTADOS DA ATIVIDADE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL E DE COMBATE A INCÊNDIOS (ALÍNEA D) DO ARTIGO 4º DO D.L. Nº 32/2019)-----

3.3 - APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELATIVA ÀS ALÍNEAS a), b), e), f), i), j) DO ARTIGO 4º DO D.L. Nº 32/2019-----

3.4 – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO CONCELHO DE GÓIS/CONTRIBUTOS -----

4- APROVAÇÕES EM MINUTA -----

1 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO – O senhor Presidente referiu que este ponto é uma forma que possibilita aos munícipes a sua participação, trazendo à reunião questões relacionadas com a segurança do nosso Concelho, ou questionar alguma dúvida, tendo em conta as entidades presentes neste órgão, havendo as inscrições dos munícipes António Castro, de Bordeiro e Paulo Pereira de São Martinho. -----

---Dada a palavra ao senhor António Castro, o munícipe começou por questionar qual a entidade responsável pelos acidentes que têm ocorrido com os animais e que têm provocado prejuízos avultados nas viaturas, bem como nas culturas. Continuou referindo que tem bastantes prejuízos ao nível das culturas agrícolas da qual é responsável, bem como com os danos na viatura que destruiu, resultado de um acidente com um destes animais. -----

---O senhor Presidente informou que do conhecimento que tem, em situações similares, resultante de algumas ocorrências no Concelho de Góis, fruto da proliferação de veados e javalis, não é o Município responsável pelo controlo destas espécies. Mais referiu que a responsabilidade que acarreta ao Município é aquela que está relacionada com a gestão da caça, sendo que esta foi delegada na Associação de Caçadores e Pescadores do concelho de Góis, contudo mantemos a colaboração quando esta entidade manifesta a intenção de fazer

montarias. Mais referiu que tem sido nossa recomendação participar estes acidentes ao ICNF, que também não tem assumido essa responsabilidade. Referiu que tem havido uma proliferação desta espécie de forma descontrolada, sem intervenção daquelas entidades que têm responsabilidade para o efeito. Deu ainda conta que as seguradoras não asseguraram o ressarcimento dos prejuízos com estes animais, referindo que a intervenção da autarquia pode passar por intervir junto do ICNF, solicitando a implementação de medidas no sentido de mitigar o estado atual e controlo destas espécies. Relativamente às agriculturas, o Município tem participado com uma percentagem na colocação de redes de vedação aos privados que comprovadamente tiveram prejuízo nas suas agriculturas. Terminou, referindo que irá indagar junto do ICNF pressionando a sua atuação no Concelho, bem como, juntamente com a Associação de Caçadores e Pescadores do Concelho de Góis promover-se montarias em zonas de maior concentração das espécies, no sentido de controlar alguma situação com maior incidência, manifestando solidariedade com o munícipe, tendo tido conhecimento que infelizmente alguns destes acidentes também já levaram à hospitalização de pessoas. -----

--- Usou da palavra o senhor Vice-Presidente, Nuno Bandeira dando conta que através da Agência de Desenvolvimento da Serra da Lousã já tentaram junto de seguradoras, obter um seguro para cobrir estes danos, em situações que ocorram nos concelhos abrangidos, não tendo obtido nenhuma resposta. Mais referiu que o governo alargou o prazo do período de caça, para tentar mitigar a situação existente, referindo que apesar de ser um assunto que preocupa a autarquia, de momento não é possível fazer mais para além do que já foi referido anteriormente.

--- Interveio a senhora Lúcia Nogueira, representante da Junta de Freguesia de Vila Nova do Ceira e das associações do concelho, referindo que estas situações têm levado ao abandono das culturas, dando conta do quão desolador é verem as agriculturas destruídas por estes animais, neste território, realçando que quer a Câmara Municipal quer as Juntas de Freguesia devem interpelar junto do ICNF intervenção sobre esta matéria para que a situação não se agrave. ----

--- O senhor Presidente referiu estar solidário com o manifestado, contudo a ausência de regulamentação nesta matéria impossibilita a Câmara Municipal atuar. -----

--- Usou da palavra a senhora Carla Duarte, representante da Junta de Freguesia de Alvares, afirmando que a responsabilidade é inteiramente do ICNF, porque por muitas montarias e esperas que a Associação de Caçadores e Pescadores do Concelho de Góis faça no território que tem afeto, que é a Zona de Caça Municipal, não se consegue controlar nada, porque existe a Zona de Caça Nacional, onde está inserida a Serra da Lousã, até à Nacional 2, onde não podem intervir, continuando nessa zona as espécies em crescimento. Referiu ainda que por muito trabalho que seja feito pela Associação de Caçadores, também o trabalho do ICNF na Zona de Caça Nacional deve ser efetuado para que estas medidas de mitigação resultem. -----

--- Usou da palavra o senhor Marcos Dias, Técnico do SMPC referindo que quando chegam ao Município pedidos, estabelece-se de imediato um contacto com a Associação de Caçadores para efetuar uma intervenção junto a essas zonas. No entanto, referiu que a legislação não permite que sejam efetuadas esperas a menos de 200m das casas, o que dificulta a atuação dos caçadores. Mais referiu que sempre que estas situações ocorram recomenda-se que as mesmas sejam remetidas à autarquia para se proceder ao controlo de densidade naquelas áreas. Relativamente aos acidentes rodoviários, referiu que quem deveria assumir os prejuízos é o ICNF, que não o faz, contudo com o auto da GNR podem tentar junto da Associação de Seguros

ativar o Fundo de Garantia, apesar do processo ser muito demorado, para ver se conseguem ser ressarcidos em parte da despesa com o prejuízo que tiveram. -----

--- Interveio o senhor Ricardo Pinto, representante do Góis Moto Clube, anuindo com as intervenções anteriores e realçando a preocupação para um condutor de um veículo de duas rodas, porque à noite, de um momento para o outro, pode aparecer um destes animais, e se num automóvel os estragos são significativos, para um condutor de veículos de duas rodas, será bem mais grave, realçando a preocupação do Góis Moto Clube relativamente ao que foi referido dado que no Concelho de Góis passam mensalmente centenas de motociclistas. -----

--- O senhor Presidente referiu que este é um perigo existente no nosso Concelho, apelando a uma circulação cuidada na estrada, sem prejuízo de sermos surpreendidos com estas situações.

--- A senhora Carla Duarte usou ainda da palavra referindo que no decorrer da sua atividade profissional tem questionado o ICNF sobre a responsabilidade da gestão da caça em Zona Nacional, em particular da Serra da Lousã, ao qual tem obtido como resposta que esta delegou essa competência na Associação no Desenvolvimento da Serra da Lousã, referindo que seria importante esclarecer efetivamente se essa responsabilidade é do ICNF conforme temos vindo a referir ou se dos municípios que constituem a aludida Associação. -----

--- Usou da palavra o senhor Marco Dias, Técnico do SMPC relembando que foi o ICNF que em 1998/1999 e 2000/2001 promoveu a alimentação dos veados e javalis em locais próprios, a Serra da Lousã e Serra do Açôr, pelo que esta alimentação artificial provocou uma proliferação descontrolada, pelo que tem de haver um mecanismo de controlo de densidade das espécies.-

--- Interveio a senhora Helena Moniz, Presidente da Assembleia Municipal, subscrevendo o que foi dito, reforçando a necessária pressão junto do ICNF de forma a obter esclarecimentos, por escrito, sobre as responsabilidades respetivas, para que não haja estas situações dúbias. -----

-- --- Face ao que foi manifestado, e fazendo uma identificação das ocorrências, o senhor Presidente propôs que fosse efetuada uma comunicação ao ICNF dando ênfase ao que foi hoje plasmado nesta reunião, com vista a obter os devidos esclarecimentos e combater este flagelo que tem assolado o Concelho de Góis.-----

--- O Conselho tomou conhecimento e deliberou por unanimidade anuir à proposta do senhor Presidente. -----

--- A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

2- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA – O senhor Presidente deu nota que o panorama atual da segurança no nosso Concelho, felizmente, não tem verificado situações que possam causar constrangimentos à ordem pública, havendo alguns acidentes e pequenas ocorrências normais do dia a dia, que resultam da nossa vivência em sociedade. Referiu que do seu conhecimento, existiram duas situações mais inquietantes, mas sendo um Concelho que em algumas alturas do ano atrai mais pessoas, não têm havido ocorrências significativas, fruto do planeamento de algumas entidades que fazem parte da organização destes eventos, sendo que de ano para ano sempre que existem situações sinalizadas e que necessitam de uma intervenção, tem-se verificado com realce destaque à organização, bem como o SMPC, bombeiros, forças de segurança que têm estado envolvidos e que tem contribuindo para que as pessoas possam vir a Góis em períodos de muita afluência com segurança. -----

--- Usou da palavra o senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários de Góis, Miguel Pratas dando conta que, como é do conhecimento público, o número de socorro 112 tem apresentado muitas falhas no atendimento e no seguimento das ocorrências, esta já a nível interno. Mas

referiu que esta falha apesar de acontecer há alguns meses, agravou-se com a greve interna dos trabalhadores no CODU. Face a estes constrangimentos, propôs que a população fosse informada que em caso do não atendimento do número nacional de socorro, podem ligar diretamente para os bombeiros para se efetuar a triagem e acionar os meios de socorro, ou em alternativa ligar 117, contacto do Centro Distrital de Operações de Socorro, que pode fazer também a ligação com os Bombeiros. Continuou a sua intervenção, dando conta do mau estado de algumas vias de comunicação, sobretudo ao nível do asfaltamento, elencando a via entre Vale D'Ama e a Portela de Góis, passando por Alvém, embora tenha sinalização adequada tem sido frequente haverem algumas ocorrências sem gravidade. Deu ainda conta da Estrada Nacional 342-1 entre Vila Nova do Ceira e o Cerro da Candosa, onde frequentemente ocorrem alguns despistes e perda da aderência dos carros, felizmente sem gravidade, solicitando a intervenção nestes locais com potencial probabilidade de ocorrência de acidentes. -----

--- O senhor Presidente referiu que infelizmente temos assistido a notícias de mortes por alegada falta de assistência do número de socorro devido a um problema interno que necessita de ser resolvido, alheio aos municípios. Mais referiu que esteve presente no dia 5 de novembro numa reunião promovida pela Unidade Local de Saúde de Coimbra onde foi dado a conhecer iniciativas que vão ser implementadas nos municípios que vão ajudar a melhorar a prestar os cuidados de saúde à população, passando a ligar para o número do SNS 24, porque através desse numero conseguem-se resolver situações de menor gravidade e evitar que o número nacional de socorro esteja sobrecarregado. Nesse sentido, será publicado na página da autarquia os contactos elencados pelo senhor Comandante dos Bombeiros, bem como o número do SNS 24 para ser do conhecimento da população em geral. Relativamente às vias de comunicação, referiu que houve uma intervenção na estrada de Alvém e quanto à EN 342-1 tem conhecimento da intervenção efetuada no mesmo troço, mas no Concelho da Lousã, realçando que tem de haver cautela e prudência na condução e como circulamos nas estradas, atirando-se a culpa para o estado do piso, mas havendo alguma cautela na condução evitaria muitos acidentes. -----

--- Usou da palavra o senhor Carlos Jesus, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal, dando conta que houve um troço da estrada em que solicitamos à autarquia a colocação de sinais a informar os condutores que o piso é escorregadio, alegando que para o troço da EN342-1 a solução poderá passar pela colocação dessa mesma sinalização para que os condutores, principalmente quem não conhece estas estradas, possa reduzir a velocidade. -----

--- O senhor Presidente agradeceu a sugestão dada e irá apelar junto dos serviços e entidade Infraestruturas de Portugal para o reforço da sinalização. -----

--- Usou da palavra a senhora Lúcia Nogueira, para referir ainda sobre os contactos de emergência, que fosse efetuada uma divulgação com o Serviço Social, à população mais idosa e que não tem acesso às novas tecnologias. -----

--- O senhor Presidente agradeceu a sugestão, sendo que a informação também será disseminada pelas Juntas de Freguesia para tomarem conhecimento e também procederem a essa divulgação. -----

--- O senhor António Castro, solicitou autorização para questionar quando está prevista a pavimentação de Bordeiro para a Póvoa de Góis. -----

--- O senhor Presidente informou que existem algumas estradas sinalizadas, tendo recentemente iniciado o procedimento de aquisição de massa betuminosa, no entanto não fará

promessas vãs, referindo que a via também está sinalizada para intervenção, assim como estava no procedimento de gestão de combustível que acabou por não se realizar por incumprimento das empresas que levou a cessão do procedimento. Mais referiu que não temos meios para chegar a todo lado, sendo que já foram realizadas algumas pavimentações, mas é impossível fazer tudo ao mesmo tempo, dando conta o custo elevado do betuminoso. -----

3- ORDEM DO DIA-----

3.1 – Aprovação da Ata da Reunião do Conselho de 24/11/2023 - O senhor Presidente informou que a Ata foi enviada para todos, tendo sido propostas algumas alterações no texto, algumas correções que foram efetuadas e devidamente identificadas, perguntando se alguém queria propor mais alguma alteração à presente Ata. -----

-- O senhor Presidente, colocou a ata a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

3.2 – SMPC/RESULTADOS DA ATIVIDADE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL E DE COMBATE A INCÊNDIOS (ALÍNEA D) DO ARTIGO 4º DO D.L. Nº 32/2019)-----

O senhor Presidente solicitou ao Técnico do Serviço Municipal de Proteção Civil, Marco Dias que efetuasse a apresentação dos resultados da atividade municipal de proteção civil e de combate a incêndios, conforme o disposto na alínea d do artigo 4º do D.L. nº 32/2019. -----

---O Técnico Marco Dias iniciou a sua apresentação, que se constitui como anexo II da presente ata, dando conta no número de ocorrências de Incêndio Rural, no ano 2024, destacando cinco ocorrências efetivas e um falso alarme (confusão de um nome da localidade Góis e Tábua). Das ocorrências efetivas, a área ardida foi muito reduzida e foram todas consideradas de causa intencional e investigadas pela GNR e PJ. Referiu que os números estão dentro do padrão registados nos últimos anos em termos de ocorrências, com tendência a diminuir. Relativamente a área ardida o valor não tem uma grande relevância, felizmente, tratando-se de uma área residual de 0,2 ha, registo de menores áreas ardidas dos últimos 23 anos. -----

--Relativamente à intervenção do Serviço Municipal de Proteção Civil no combate à vespa Velutina, referiu que são utilizadas técnicas na destruição de ninhos como captura de ninhos em estado ativo, aplicação de inseticida e utilização de dispositivo de ar comprimido, mantendo-se o protocolo com a Universidade de Coimbra.-----

--- Referiu que o ano 2024 está dentro do padrão, dando conta que nos anos 2019, 2021 e 2023 houve uma grande inativação de ninhos, havendo anos como menor atividades como 2020, 2022, e 2024, sendo referido que até ao momento foram intervencionados 86 ninhos, estando aguardar intervenção em mais 8 ninhos que foram sinalizados, prevendo-se terminar o ano com 120 ninhos intervencionados, sendo um ano positivo, não havendo ainda nenhuma justificação científica para este padrão, podendo os fatores climáticos um dos principais influenciadores deste ciclo. -----

--- Prosseguiu dando conta que durante a 31ª Edição da Concentração Internacional de Motos de Góis, pela primeira vez houve uma maior articulação efetiva entres os diversos agentes de proteção civil envolvidos, com a realização de briefings diários pelo SMPC, registaram-se naquele período o total de 156 ocorrências, a destacar uma paragem cardiorrespiratória, que conseguiram reverter, uma amputação parcial de um polegar dentro do recinto, e um despiste com um ferido grave. Referiu ainda uma altercação entre dois grupos, que obrigou uma presença mais efetiva da GNR, para controlar a situação e que passou despercebida à população.

--- O senhor Presidente referiu que os dados apresentados relativamente aos incêndios rurais são fruto da rápida intervenção dos bombeiros e das averiguações realizadas pelas forças de

segurança e da tomada de medidas que evitassem a sua propagação, dando ênfase à cooperação que se tem verificado entre o Município, os Bombeiros e GNR em matéria de segurança, fruto do trabalho que é realizado durante o ano. Relativamente à vespa velutina, referiu que tem sido efetuado um acompanhamento exaustivo, e sempre que são identificados e comunicados a existência de ninhos, os serviços atuam e procuram anulá-los de imediato. No que diz respeito às ocorrências durante a 31ª Concentração Motard, do total registado, 108 são contraordenações rodoviárias, sendo que as restantes são pequenas situações, exceto duas de maior gravidade, que felizmente não resultaram em morte. Considerando a afluência de pessoas que se faz sentir neste período, esta amostragem é bastante positiva, felicitando o trabalho prévio das diversas entidades presentes no terreno. -----

--- Usou da palavra o senhor Carlos de Jesus, referindo que anualmente identifica e reporta a presença de ninhos de vespa velutina, dando conta que no presente ano identificou dois ninhos salientando a rápida intervenção dos serviços municipais na sua destruição, referindo ainda ser do seu conhecimento que a população se encontra a fazer armadilhas, ato fundamental na altura da primavera, no combate a esta praga, tendo-se verificado na União das Freguesias de Cadafaz e Colmeal um quebra significativa junto as colmeias, resultado também do trabalho que tem sido realizado pela Câmara Municipal nesta matéria. -----

--- Usou da palavra o senhor Ricardo Pinto, na sequência do relatório apresentado pelo SMPC, para deixar o seu agradecimento a todas as entidades que se envolveram em mais uma edição da Concentração Motard, nomeadamente o SMPC, os bombeiros, a autarquia que desde início promoveu as diversas reuniões entre todas as entidades, que permitiu que o evento se desenrolasse, mais uma vez, com sucesso. -----

--- O senhor Presidente referiu que ao longo do tempo tem sido feito um trabalho de prevenção para resolver e evitar situações que ocorreram no passado, como alargamento do espaço, entre outras, fruto do espírito de colaboração de todos e face à importância que este evento tem para o nosso concelho, felicitando todos os intervenientes pelos resultados alcançados. -----

3.3 - APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELATIVA ÀS ALÍNEAS a), b), e),f),i) j) DP ARTIGO 4º DO D.L. Nº 32/2019-----

--- O senhor Presidente, solicitou à Técnica Andreia Vidal que efetuasse a apresentação de informação RELATIVA ÀS ALÍNEAS a), b), e),f),i) j) DP ARTIGO 4º DO D.L. Nº 32/2019.-----

--- Dada a palavra, a Técnica Andreia Vidal iniciou a sua intervenção referindo que face à ausência justificada do senhor Sargento Virgílio Santos, decorreu no dia 28.10.2024, pelas 11h30, nos Paços do Concelho, a reunião restrita do Conselho Municipal de Segurança, onde foram apresentados os dados no âmbito do Conselho Municipal de Segurança, os contributos relativamente ao Regulamento Municipal do Trânsito do Concelho de Góis e analisadas propostas de colocação e mudanças de sinalização de trânsito no Concelho de Góis. -----

--- Prosseguiu a sua intervenção, com uma apresentação, que se constitui como anexo III da presente ata, dando conta dos dados relativos à criminalidade, dispositivo legal de segurança existente, violência doméstica, sinistralidade rodoviária municipal, condições materiais e os meios humanos empregados nas atividades sociais de apoio aos tempos livres, particularmente nos jovens em idade escolar e da situação sócio económica municipal. -----

--- Relativamente à evolução dos níveis de criminalidade na área do Município, foram apresentados os dados relativos ao ano 2024: -----

Ano	Crimes Total	Crimes contra património (furto e dano)	Crimes encaminhados para Polícia Judiciária
2019	94	45	3
2020	81	20	2
2021	75	20	4
2022	95	27	5
2023	114	39	7
2024	79	28	10

--- Deu ainda conta de 1 ocorrência de Criminalidade Juvenil, que foi encaminhada para a CPCJ, de 1 crime de caça ilegal, 195 autos de contraordenação, 14 contraordenações de campismo sem licença e 1 contraordenação de uso e porte de arma fora das condições legais. -----

--- No que diz respeito ao dispositivo legal de segurança e à capacidade operacional das forças de segurança no Município o mesmo mantém-se inalterado face ao ano 2023: 21 militares, uma equipa de proteção florestal e duas viaturas. -----

--- Quanto aos dados relativos à violência doméstica, deu conta que o Gabinete Intermunicipal de Apoio às Vítimas de Violência da Beira Serra – GIAV, dinamizado pela ADIBER, sofreu um interregno de novembro de 2023 a agosto de 2024, tendo mantido apenas o acompanhamento de casos sinalizados anteriormente.-----

--- Desde o ano 2022, o número de casos de violência doméstica tem vindo a decrescer, mas ainda assim foram identificadas 11 situações de violência doméstica no ano 2024. -----

--- Relativamente à sinistralidade rodoviária municipal, verificou-se o aumento de sinistros face ao ano anterior, conforme se pode verificar na tabela seguinte: -----

Ano	Acidentes de Viação	Feridos Ligeiros	Feridos Graves	Mortos	Pontos críticos
2019	44	26	2	1	Km 286
2020	35	17	0	0	km 274; km 304
2021	47	21	3	1	km 262; km 276; km304
2022	53	25	2	1	km261; km305
2023	50	28	2	1	Km287; Km 262
2024	55	30	2	1	Km 262

--- Quanto aos pontos críticos referidos situam-se na Estrada Nacional 2.-----

--- Relativamente às detenções por condução ilegal, verificou-se uma diminuição face aos anos anteriores, conforme plasmado na tabela seguinte: -----

Ano	Consumo de Álcool	S/ Habilitação legal condução	Mandado Detenção	Resistência e coação sobre funcionário	Desobediência
2019	3	1	1	2	
2020		2		1	1
2021	4			3	3
2022	12			2	1
2023	6	1	1	1	1
2024	2	1	2		

--- No que diz respeito às condições materiais e os meios humanos empregados nas atividades sociais de apoio aos tempos livres, particularmente nos jovens em idade escolar, foi dado a conhecer, com base no Diagnóstico Social do Concelho de Góis, elaborado durante o ano de 2024, a distribuição da população por grupos etários (8,3% dos 0 aos 14 anos; 8,2% dos 15 aos 24 anos; 37,7% + de 65 anos; 45,7% dos 25 aos 64 anos), e das variações dos números relativos à educação: Nível de escolaridade predominante na população - 32% do 1º ciclo do ensino básico; Variação do nº de alunos (1º, 2º e 3º ciclos) - 2013/2014 relativamente a 2023/2024 decréscimo de 152 alunos; Variação do nº de alunos (pré-escolar) – 2013/2014 relativamente a 2023/2024 decréscimo de 53 alunos. Continuou dando conta da tendência de decréscimo do pessoal docente e não docente no ano letivo de 2023/2024. Referiu ainda que o número de crianças em ATL se tem mantido estável ao longo dos últimos anos, sendo mais reduzido na faixa etária dos 11 aos 14 anos e com mais adesão entre os 7 e os 10 anos. Prosseguiu a sua intervenção, apresentando as diversas atividades de tempos livres desenvolvidas ao longo do ano, bem como os meios humanos, serviços e parceiros envolvidos e locais onde as mesmas decorrem. Terminou este assunto dando conta da crescente participação dos estudantes do ensino secundário do concelho na Universidade de Verão, que decorreu na Universidade de Coimbra. -----

--- Relativamente à situação Sócio Económica Municipal, apresentou, com base plasmado no Diagnóstico Social do Concelho de Góis|2024, os dados referentes à população empregada por atividade económica e sexo, o tecido empresarial do concelho e respetivos pólos industriais ativos. -----

--- O senhor Presidente agradeceu a informação disponibilizada, conforme o disposto no Decreto-lei nº 32/2019, na sua atual redação, que retrata a sinistralidade rodoviária, a criminalidade, e as atividades desenvolvidas para os jovens fora do período letivo, bem como a atividade económica e social do Concelho, muito impactada, por a população entre os 25 e 64 anos, ser 45% da nossa população, um constrangimento muito grande, havendo uma articulação com o IEFP e as entidades que vão mostrando necessidade de ter trabalhadores, direcionando as pessoas que mostram disponibilidade em aceder a algumas dessas atividades, sendo que nem todas reúnem as condições necessárias, havendo muita procura por parte das IPSS's , dado a dificuldade em ter trabalhadores em número suficiente para prestar o melhor serviço às pessoas que beneficiam das atividades destas instituições. -----

--- Mais referiu que a criação de emprego com a instalação de empresas é uma preocupação do executivo, que tem vindo a desenvolver um trabalho nesse âmbito, estando espectável para que no próximo ano ocorra uma mudança aqui no Concelho, fruto da instalação de uma empresa com dimensão nacional, um processo que tem sofrido algumas contingências, que não tem permitido a rápida instalação da mesma, dando conta da reunião realizada com os empresários, julgando que pode fazer toda a diferença, dado que tiveram a oportunidade de observar uma realidade semelhante à do Concelho de Góis, em que com as instalações da unidade fabril, viu um volte-face na economia local. -----

--- Interveio a senhora representante da ANSR, Elisabete Rodrigues referindo que os dados apresentados coincidem com os dados que constam naquela entidade. Solicitou ainda para haver cautela na designação da via, bem como a colocação das coordenadas para facilitar a análise dos dados de sinistralidade. -----

--- O senhor Presidente deu conta que sempre que tem conhecimento da necessidade de intervenção em Estradas Nacionais, reporta diretamente para as Infraestruturas de Portugal, dando como exemplo a má colocação de massa betuminosa na EN 342, junto à Portela de Góis, tendo no imediato procedido à sua regularização, assim como a reposição de sinalética, ou substituição da sinalética degradada, sendo que esta última será realizada no início do próximo ano, manifestando com agrado a rápida intervenção das Infraestruturas de Portugal, com exceção da retirada de barreiras e pedras, em algumas curvas perigosas, sendo que a resposta que obtém da entidade, é que o serviço foi adjudicado a uma empresa para a sua realização. -

--- O senhor Ricardo Pinto usou da palavra, referindo que embora não fosse no Concelho de Góis, mas sendo a principal via usada pelos munícipes, deu conta de um rebaixamento na zona de Olho Marinho, em Vila Nova de Poiares, solicitando ao senhor Presidente que reforçasse a necessária intervenção junto da entidade competente, assim como a retirada da sinalética que ardeu em 2017. -----

--- O senhor Presidente informou que em reunião do Conselho Intermunicipal da CIM-RC foi realizada uma intervenção às infraestruturas de Portugal para a reposição de sinalética horizontal da EN17, que torna a condução em período noturno, mais perigosa, situação insistentemente reportada e que lamentavelmente não foi ainda reposta, referindo, no entanto, que irá reportar novamente as situações elencadas. -----

--- O senhor Ricardo Pinto solicitou a palavra, expondo que o semáforo existente não se encontra a funcionar bem dado o tempo de espera elevado, mesmo sabendo que não se encontra ninguém para passar do outro lado da ponte, propondo que não funcionasse em altura de menor afluência ou funcionasse com outra regularidade, por via de sensores de aproximação. Continuou referindo que relativamente ao estacionamento na Praça da República, é do conhecimento que o parquímetro não funciona muitas vezes sugerindo que fosse colocada uma placa para autorizar o estacionamento máximo por 15 minutos, substituindo assim o parquímetro, resolvendo o propósito para o qual aquele equipamento foi instalado que é o acesso a serviços e comércio existente. Continuou propondo a recolocação dos contentores da reciclagem, nomeadamente substituindo os existentes junto ao Bairro Cristina Rodrigues, porque se encontram visivelmente sujos, dando má imagem, assim como os existentes na Av^a Combatentes do Ultramar, porque quando estão a fazer o levantamento daqueles contentores, colocam em perigo os condutores, dado que o camião se encontra no meio da via a fazer aquela atividade, propondo assim que sejam deslocados alguns metros. Terminou propondo também a colocação de uma “yellow box” junto ao açude Santo António. -----

-- O senhor Presidente referiu estar atento ao problema do parquímetro, dando conta que na semana passada ocorreu uma reunião com a empresa responsável, Soltráfego, porque já solicitou mais do que uma vez a intervenção ao equipamento, estando a ser confrontado com despesas exorbitantes e que não têm resolvido as reparações. Relativamente ao semáforo também solicitou à mesma empresa a eventual substituição do equipamento, tal como o Parquímetro, por um equipamento mais moderno, com outras funcionalidades e que permita gerir o tráfego de outra forma, contudo chama a atenção para pormenores que escapam ao comum dos cidadãos, que está relacionado com o procedimento de contratação pública, que tem associado o financiamento de verbas comunitárias, lembrando que a intervenção na Praça da República foi financiada ao abrigo do Programa Portugal 2020, tendo no seu caderno de encargos um conjunto de equipamentos, que são os existentes e colocados de acordo com o

procedimento. Mais referiu que o Portugal 2020 está praticamente encerrado, mas o Município está sujeito a uma auditoria relativamente ao cumprimento do caderno de encargos, estando assim a autarquia a tentar arranjar uma solução que em caso de auditoria não seja necessária a reposição de verbas, devido a alteração dos equipamentos. Referiu ainda que o estacionamento abusivo resulta do mau funcionamento do parquímetro, mas também porque a maioria dos estacionamentos são de funcionários da Câmara, tendo já alertado para essa situação. Relativamente á “yellow box”, deu conta que a mesma foi prevista para a Praça da República para evitar que os carros que vêm da Rua Santo António não estejam à espera que o sinal abra para poderem circular, no entanto deve haver civismo por parte do condutor para essa situação, assim como do outro lado ponte, junto à capela do Mártir, que muitas vezes tem criado constrangimento para quem circula no sentido de Carcavelos. Quanto ao Açude Santo António referiu que no seu entender não se justifica a colocação desta sinalética, mas sim o cumprimento no estacionamento das viaturas. -----

--- Relativamente aos ecopontos referiu que a responsabilidade pela sua colocação é a ERSUC, cujo critério está relacionado com o número de aglomerado populacional, sendo que nos casos que foram mencionados, a sujidade e o mau acondicionamento dos resíduos resulta não do período definido para a recolha, mas também das más praticas das pessoas. Contudo a deslocalização dos contentores pode dificultar o acesso a pessoas com mobilidade mais reduzida, sendo que junto aos ecopontos sítios em S. Paulo a autarquia poderá acondicionar os mesmos, realçando que terá de haver mais civismo e boas práticas na colocação dos resíduos e não despejar tudo de qualquer maneira. -----

--- Usou da palavra a senhora Marta Garcia, Presidente da CPCJ, referindo que o caso sinalizado para a CPCJ de Góis teve associado também o consumo de álcool, dando conta que a CPCJ Alargada pretende efetuar uma ação de sensibilização aos estabelecimentos comerciais do Concelho, que apesar de saberem, ainda existe a venda de álcool a menores, convidando os presentes a associarem-se a esta iniciativa, porque qualquer pessoa que veja esta situações pode chamar a atenção. Referiu ainda, na sequência da apresentação efetuada que, não nos devemos cingir apenas aos números, porque temos menos alunos e pessoal não docente, contudo as necessidades dos mesmos são diferentes e carecem de mais atenção, e o facto de se diminuir o número de professores e auxiliares, faz com que ocorram situações que poderiam ser evitadas, apesar de não depender da autarquia, mas de entidades superiores. -----

3.4 – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO CONCELHO DE GÓIS/CONTRIBUTOS - O senhor Presidente referiu que o presente documento foi presente à reunião do Executivo Municipal de 10.09.2024, estando o período de discussão pública a decorrer até ao dia 19 de novembro. Mais referiu que na sequência da transferência de competências, passou a ser competência da autarquia a gestão de contraordenações nesta matéria, bem como a necessidade de regulamentar a colocação de sinalização com eficácia externa, para produzir efeito, solicitando aos presentes os referidos contributos. -----

--- Usou da palavra a senhora Elisabete Rodrigues, representante da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, referindo que algumas melhorias já foram referenciadas pela GNR e pela Técnica Andreia Vidal, no entanto considerou ainda existirem alguns pontos ambíguos, propondo ainda a correção de alguns termos técnicos, tendo para o efeito remetido um email com propostas de melhoria sendo que irá solicitar ao departamento jurídico da ANSR a análise ao documento em discussão.-----

--- Usou da palavra o senhor Carlos de Jesus, referindo ser importante a Câmara Municipal assumir esta competência, sendo do seu conhecimento que tal situação já se verifica a nível nacional, dando conta que na Lei 75/2013, de 12 de setembro, refere no seu artigo 16º que as Juntas de Freguesia teriam responsabilidade na sinalização vertical não iluminada, uma dificuldade que temos manifestado, vendo enquanto Presidente da Junta, com muito interesse, que a Câmara Municipal de Góis não faça pressão na delegação de competências, porque todos iríamos perder com isso, devido às dificuldades que as Juntas de Freguesia têm em fazer esse trabalho. -----

4- Aprovações em minuta: remeter notificação ao ICNF; Aprovação da Ata da Reunião do Conselho de 24/11/2023. -----

-- O senhor Presidente agradeceu a presença de todos nesta reunião e desejando boas festas a todos os membros, uma vez que já estamos próximo do período festivo natalício e de fim de ano. -----

-- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião pelas 12h15 da qual, para constar, se lavrou a presente ata. -----

O Presidente

(António Rui de Sousa Godinho Sampaio)

A 1ª Secretária

(Maria Helena Antunes Barata Moniz)

A 2ª Secretária

(Carla Isabel Domingos Duarte)